

# Security Brief

Ano 2, Volume 1, Número 2

Abril de 2020

## NESTE NÚMERO: O IMPACTO DO COVID 19 E DA INSURGÊNCIA ARMADA

1	<a href="#">A situação do COVID-19 no mundo e em Moçambique</a>
2	<a href="#">Agravamento da violência militar no centro e norte de Moçambique</a>
3	<a href="#">Impacto sócio-político e económico do COVID-19 e da Insurgência</a>
4	<a href="#">Recomendações para melhorar a resposta ao COVID-19 e a insurgência</a>
5	<a href="#">Considerações finais</a>

### 1. A situação do COVID-19 no Mundo e em Moçambique

O CoronaVirus é uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV2. Para o distinguir antigo CoronaVirus, a OMS batizou o novo CoronaVirus, com o nome técnico de COVID-19. A doença possui uma letalidade muito alta aumentando de acordo com a idade da pessoa acometida. Os pacientes portadores de doenças crónicas tais como Câncer, Hipertensão, Doença respiratória crónica, Diabetes, Doença cardiovascular, apresentam maiores taxas de mortalidade. No entanto, cerca de 80% dos casos confirmados são ligeiros ou assintomáticos e a maioria recupera sem sequelas. Na verdade, pessoas com o COVID-19 podem ter poucos ou nenhum sintoma, embora algumas adoeçam gravemente e morram. Os sintomas iniciais apresentam, muitas vezes, um quadro de resfriado comum (Portanto, Tosse, Febre, Dispneia, Sintomas gastrointestinais). É importante destacar que 70 a 80% dos indivíduos infectados são assintomáticos. Raramente, as crianças manifestam a infecção, mas os idosos e pessoas imunocomprometidos encontram-se no grupo de risco (Tesini, 2020).

Os casos mais graves podem evoluir para pneumonia



grave com insuficiência respiratória grave, falência de vários órgãos e morte. A transmissão interpessoal ocorre pelo contacto com secreções contaminadas, principalmente pelo contacto com grandes gotículas respiratórias, mas também pode ocorrer por meio do contacto com uma superfície contaminada pelas gotículas respiratórias. O período de incubação varia entre 4-14 dias (Tesini, 2020).

Os primeiros casos do COVID-19 foram vinculados a um mercado de animais vivos em Wuhan, na China, sugerindo que o vírus foi inicialmente transmitido de animais para seres humanos. Os primeiros casos surgiram no final de 2019 mas a incidência aumentou de maneira exponencial nas primeiras semanas de 2020 espalhando-se extensivamente pela China. Em seguida, espalhou-se para diversos outros países como o Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos, Espanha, Itália, Alemanha, França, Portugal, Inglaterra. A sua rápida propagação permitiu que em menos de 4 meses, a doença afectasse mais de 1.500.000 pessoas em mais de 200 países. Pelo facto do surto ter infectado milhares de pessoas ao redor do mundo, passou rapidamente da situação de epidemia para se assumir como pandemia, facto que levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a decretar, no dia 11 de Março de 2020, estado de pandemia mundial.

Inicialmente, o continente africano registou um crescimento lento na taxa de infecções onde se destacavam somente países como a África do Sul, Egipto, Argélia, Marrocos e Nigéria. No entanto o surto também atingiu vários países africanos que registam, até o momento, uma baixa taxa de infecções e mortalidade em comparação com os países da Europa, Ásia e América Latina. Todavia, a OMS alertou em Março que África pode tornar-se o próximo epicentro do COVID-19, entre os meses de Maio e Junho. Moçambique por exemplo, que até o presente registou 20 casos de pessoas infectadas com o registro de nenhum morto, prevê que se atinja o pico de infectados em Maio e se espera que o país possa alcançar aproximadamente 300.000 infectados. Foi mediante estas constatações e a necessidade de tomar medidas que impeçam a propagação rápida do vírus em Moçambique, factor que poderia fazer colapsar o sistema de saúde moçambicano e consequentemente levar a morte de muitos moçambicanos que o governo decidiu tomar medidas de prevenção e contenção antepadas.

Com efeito, O Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, anunciou, no dia 20 de Março, numa comunicação à Nação, o reforço das medidas de prevenção do COVID-19. Constavam, entre as medidas anunciadas pelo Chefe do Estado, a suspensão das aulas em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados, desde o pré-escolar até ao superior, a redução de 300 para 50 o número máximo de pessoas nos eventos de carácter social, a criação de uma Comissão Técnico-Científico, que iria ser constituída por quadros do sector da saúde pública, da comunicação social, cientistas sociais, e de outros sectores, com a tarefa específica de aconselhar o Governo face à medidas funcionais de prevenção do COVID-19 no país. Na mesma comunicação, o Presidente da República anunciou a suspensão da emissão de vistos de entrada para Moçambique, o cancelamento dos que já tinham sido emitidos, bem como a obrigatoriedade de quarentena domiciliária de 14 dias para todos aqueles que tenham estado fora de Moçambique nos últimos dias.

No dia 30 de Março, o Presidente Nyusi, decretou o Estado de Emergência, face ao risco iminente de propagação do novo Coronavírus, alegando para o efeito, o interesse supremo de salvaguardar a saúde pública. O Estado de Emergência vai vigorar de 01 a 30 de Abril e prevê as seguintes medidas: Proibir a realização de quaisquer eventos públicos e privados, como cultos religiosos, actividades culturais, sociais, políticas, desportivas, recreativas, associativas, turísticas ou de qualquer outro índole, exceptuando questões inadiáveis de Estado ou sociais; Submeter à quarentena obrigatória todas as pessoas que tenham viajado recentemente para fora do país ou que tenham tido contacto com casos confirmados de covid-19; Limitar a circulação interna de pessoas em qualquer parte do território nacional; Limitar a entrada de pessoas nas fronteiras terrestres, aeroportos e portos, exceptuando-se para razões de interesse de Estado, transporte de bens e mercadorias por operadores devidamente credenciados e situações relacionadas com a saúde; Encerrar estabelecimentos comerciais de diversão ou equiparados ou, quando aplicáveis, reduzir a sua actividade; Reorientar o sector industrial para a produção de insumos necessários para o combate à pandemia; e introduzir a rotatividade do trabalho ou outras modalidades em função das especificidades do sector público e privado.

## 2. Agravamento da violência militar no centro e norte de Moçambique

### 1) AGRAVAMENTO DA VIOLÊNCIA MILITAR NO NORTE DE MOÇAMBIQUE

Em 23 de Março de 2020, o grupo terrorista que opera em Cabo Delgado, atacou a vila de Mocímboa da Praia, confrontando-se com militares estacionados no quartel das Forças de Defesa e Segurança na vila. Para executarem suas acções conduziram uma operação por terra e executaram um desembarque anfíbio, surpreendendo as posições militares instaladas na Vila. Depois de várias horas de confrontação que causou um ambiente de terror e medo na população, os terroristas conseguiram controlar toda a Vila e içaram a sua bandeira preta. Para impedir a entrada de viaturas, barricaram as principais entradas daquela vila. Depois de permanecerem por várias horas no centro da Vila, os terroristas retiraram-se voluntariamente sem nenhuma pressão das FDS que abandonaram o local. Mocímboa da Praia fica a 90 quilómetros a sul de Palma, distrito onde estão a ser construídos mega-projetos internacionais de exploração de gás natural. (Matias, Leonel (23.03.2020).

Importa referir que a TVM apresentou em noticiário que o grupo era composto por alguns indivíduos de origem asiática. 2 Homens de origem asiática fugiram com o grupo e um foi abatido pelas FDS. A polícia trabalha neste momento para identificar o corpo do homem de origem asiática na confrontação. Enquanto isso, outras unidades das forças de defesa e segurança estão nas matas a procura do grupo de atacantes. A presença de asiáticos contribui para provar definitivamente que o grupo terrorista que actua em Cabo Delgado tem ligações fortes com o Estado Islâmico e outros grupos terroristas conforme vem sendo veiculado em vários organismos internacionais, pela imprensa internacional, por instituições académicos e vários serviços de inteligência. Apesar do governo moçambicano se recusar a admitir a presença de terroristas em Moçambique, a realidade vem comprovar o contrário. Com efeito, no dia 25 de Março, o grupo terrorista Estado Islâmico reivindicou o ataque em Mocímboa da Praia tendo reivindicado a morte de dezenas de soldados moçambicanos e o roubo de diverso equipamento militar.

Para além das dezenas de vítimas mortais, maioritariamente membros das FDS, foram destruídas a residência oficial do Administrador do Distrito, a residência oficial do Presidente do Município, o Tribunal Judicial, agências de três bancos (BCI, BIM, ABSA), a cadeia, o comando da Polícias da República de Moçambique e outras infra-estruturas de agentes económicos privados (A Verdade, 24 Março 2020). Foram ainda destruídos o edifício do Conselho Municipal, o Comando da PRM, o edifício de residência dos militares, vandalizaram viaturas do governo, apossaram-se de blindados e uma moto de 4 rodas de GOE, destruíram o porto da Mocímboa da Praia, queimaram autocarros da transportadora Nagi, apossaram-se de certas viaturas dos munícipes com os quais transportam bens, Queimaram bombas de combustível e por fim queimaram uma *Bottle Store*.

Em resposta ao ataque do dia 23, o Governo enviou no dia 24 de Março, os ministros do Interior e da Defesa Nacional para reporem a ordem no distrito (A Verdade, 24 Março 2020). Todavia, na madrugada do 25 de Março, numa atitude desafiadora, registou-se um novo ataque no distrito de Quissanga, mais precisamente na vila de Quissanga, a menos de 100 quilómetros da capital provincial, Pemba. Como consequência do ataque, parte da população daquela povoação costeira fugiu de barco para a ilha do Ibo no arquipélago das Quirimbas, que dista a 14 quilómetros. Outras pessoas tentaram caminhar a pé para o Ibo visto que é possível atravessar o troço durante a maré baixa, por entre o mangal que separa Ibo de Quissanga. Outras ainda tentam chegar a Pemba a pé. Não há indicação de vítimas, dado que os moradores dizem que todas as famílias se colocaram em fuga aos primeiros sinais de invasão, ao ouvirem disparos na parte alta da vila, junto a edifícios da administração. A região de Quissanga já tinha sido massacrada por ataques no final de Janeiro, levando à destruição de parte do Instituto Agrário de Bilibiza, gerido pela Fundação Aga Khan (Agência Lusa (25.03.2020).

A acção espectacular ocorre dias depois de um encontro sobre terrorismo em Pemba ter concluído que os ataques em Cabo Delgado têm ser melhor investigados para que os responsáveis sejam identificados e punidos. O encontro de três dias, visava a formação de oficiais das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, membros do Serviço Nacional de Investigação Criminal, além de magistrados judiciais e do Ministério Público sobre

matérias de combate ao terrorismo. A formação que começou no dia 10 de Março e terminou no dia 12 do mesmo mês e foi organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) estabelecido em Maputo. De acordo com César Guedes, representante do UNODC em Maputo, "O projecto em curso da UNODC de apoiar os Estados-membros da SADC [Comunidade de Desenvolvimento da África Austral] para fortalecer a resposta da justiça criminal é baseado no Estado de Direito para prevenir e combater o terrorismo". A formação contou com a participação de especialistas internacionais em combate ao terrorismo (Uatanle, 11.03.2020).

O director-adjunto da Amnistia Internacional, Muleya Mwananyanda, classificou a escalada da violência em Mocimboa da Praia como "o culminar de um trágico fracasso do Governo moçambicano" na tentativa de proteger o povo da região. O director da Amnistia pediu medidas imediatas e eficazes para proteger as pessoas, reforço das medidas de segurança legais e a realização de investigações para levar os suspeitos à justiça" (Matias, Leonel (23.03.2020). A opinião de Mwananyanda pode ser consubstanciada pelo aumento do numero de ataques que o grupo vem protagonizando bem como a selecção criteriosa de alvos. No início, os terroristas tinham como alvos preferenciais aldeias desguarnecidas considerados fáceis. Entretanto, o seu *modus operandi* teve uma certa evolução, passando a atacar numa fase posterior estradas e transportes semi-colectivos. No ataque a Mocimboa da Praia, diferente dos ataques nas aldeias, não houve decapitação de populares como tem sido habitual. Para além disso, houve uma mudança no *modus operandi*, tendo se assistido o uso de artilharia pesada. Considerando isso, podemos afirmar que os objectivos destes ataques eram bastante claros, "mostrar o seu real poderio militar a liderança política do país", desta vez os terroristas visavam somente alvos militares e económicos, principalmente instituições do Estado. Como prova disso, quando chegaram no local, mandaram todos os populares embora daquela região alegando que somente queriam atacar e enfrentar as FDS.

É de referir que, por causa da escalada da ameaça terrorista em Moçambique, o assunto foi discutido pela primeira vez, pelos líderes africanos, na 33ª Cúpula da União Africana (UA) em Addis Abeba - mais de dois anos após o início da insurgência na província de Cabo Delgado. Na ocasião, as autoridades da UA

falaram de uma "ameaça totalmente nova" que atingiu "níveis sem precedentes" em Moçambique. Mais recentemente, as Nações Unidas alertaram que os ataques terroristas estavam se tornando mais frequentes e se espalhando para o sul (Louw-Vaudran, 2020).

O governo moçambicano está a conduzir uma estratégia para neutralizar os grupos terroristas que não coaduna com as necessidades no terreno de isolar os grupos da sua principal fonte de sobrevivência: o povo. A estratégia empregada até hoje só contempla acções militares que envolvem ataques contra os campos terroristas e perseguição incessante dos terroristas no mato. Os membros do grupo armado começam a circular em grupos maiores, com mais de 30 homens aproximando-se de vilas sem serem identificados ou mesmo sem serem molestados pelas forças armadas revela uma autentica incapacidade das FDS ou, mais grave ainda, uma elevado nível de infiltração dos terroristas nas FDS, um elevado nível de cumplicidade de alguns membros das FDS com o grupo ou ainda um sinal de incompetência dos comandantes destacados para dirigirem as operações naquela região. O mais assustador não é simplesmente a incapacidade do governo de reprimir essa insurgência genocida. Mas sim os relatos que indicam que o equipamento militar usado é inadequado e desactualizado significando que os militares Moçambicanos estão inadequadamente equipados para confrontar os terroristas e não existem sinais de que a situação venha a mudar rapidamente.

Importa referir que o grupo terrorista intensificou os ataques depois das FDS terem iniciado uma ofensiva no último trimestre de 2019 visando exterminar o grupo e destruir as bases do grupo terrorista, com ajuda e apoio de Mercenários Russos mas a operação falhou em matar ou capturar os insurgentes. Na ocasião, as FDS alegaram ter provocado enormes baixas no grupo e vangloriaram-se do número de baixas nas hostes inimigas. Houve um excesso de optimismo do lado do governo pois acreditaram que a situação estava sob controlo e houve um relaxamento da vigilância que se revelou fatal. Em resposta, o grupo terrorista, que antes só atacava aldeias iniciou uma campanha de terror visando as FDS com emboscadas as patrulhas militares e ataques as guarnições, acampamentos e bases militares. O ataque a posições das FDS tornou-se normal e demonstra que o grupo terrorista melhorou as suas

capacidades. Segundo fontes, os terroristas que atacaram as vilas de Mocímboa da Praia e Quissanga estavam fortemente armados e assumiram brevemente o controle das vilas numa clara demonstração de força. De acordo com alguns militares e testemunhas oculares que assistiram o assalto em Mocímboa da Praia e Quissanga, os terroristas estão, em geral, melhor treinados e melhor equipados do que os oficiais do governo e o Exército. O regresso das FDS para as vilas não resultou do destacamento de novos reforços nem de uma contra-ofensiva mas sim da “vontade” dos terroristas.

O grupo provou que está a evoluir e que tem grande capacidade de adaptar rapidamente suas táticas, *modos operandi* e alvos militares. Existe ainda o receio do grupo modificar seus métodos de combate ou adicionar aos seus métodos de combate o uso de explosivos (como a colocação de bombas em infra-estruturas públicas), assassinatos selectivos a líderes ou autoridades do estado, fazerem atentados suicidas e ainda sequestros, tanto a figuras públicas, autoridades governamentais ou ainda empresários. Não se pode descartar também a possibilidade do grupo nutrir sentimentos de vingança contra políticos, autoridades militares ou policiais e autoridades islâmicas que colaborem ou tenham participação directa nas acções de combate ao grupo.

## 2) AGRAVAMENTO DA VIOLÊNCIA MILITAR NO CENTRO DE MOÇAMBIQUE

Noutra frente, o centro do país, onde outro tipo de insurgência vem sendo reportada, também, continuam intensas as actividades dos insurgentes da Junta Militar da RENAMO, o que intranquiliza e enche de medo não só os residentes locais, mas todas as pessoas que passam ou que tenham interesses naquela região. Só para citar alguns casos, Dois ataques foram registados nos dias 12 e 13 de Março ao longo da Estrada Nacional Nº1, na região fronteiriça de Pungué, entre distritos de Gorongosa e Nhamatanda. Uma semana antes houve mais um outro ataque contra o posto policial da localidade de Grudja, distrito de Buzi, na mesma provincial do centro de Moçambique. No dia 16 de Março ocorreu um outro ataque armado contra um camião de carga no limite entre os distritos de Nhamatanda e Gorongosa, junto a estrada nacional 1. Um outro ataque ocorreu no dia 17 de Março no mesmo local. Em menos de uma semana a Junta Militar fez quatro ataques, provocando um

total de nove feridos e um morto (Sebastião, 16.03.2020).

O mês de Abril, também vem registando vários ataques da Junta Militar na província de Sofala. Logo no dia 02 de Abril dois ataques a autocarros provocaram cinco feridos, junto à N1 perto da povoação de Mutindiri. Meia hora depois, um outro autocarro, que viajava no mesmo sentido, foi metralhado e atingido por várias balas na parte traseira, quando percorria o mesmo troço, no meio de outros dois autocarros, tendo duas pessoas sofrido ferimentos ligeiros. No dia seguinte, (03 de Março), um outro ataque ocorreu na zona limítrofe de Pungue e visou um autocarro de passageiros que seguia numa coluna militar que saía do cruzamento de Inchope (Agência Lusa, 03.04.2020).

Nhongo assumiu autoria dos ataques em Sofala e diz que as acções visam travar desmandos perpetrados pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS) nas zonas rurais do país. Importa lembrar que nos finais de Fevereiro, Nhongo negou a mediação do Conselho Cristão de Moçambique (CCM), organização não-governamental que junta congregações cristãs, alegadamente porque já havia enviado a carta de reivindicações da Junta Militar da RENAMO ao Presidente Filipe Nyusi (Sebastião, 16.03.2020).

## 3. Impacto sócio-político e económico do COVID-19 e da Insurgência

### 1) IMPACTO SÓCIO-POLÍTICO E ECONÓMICO DO COVID-19

#### a) IMPACTO ECONÓMICO

- Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) prevê que crescimento económico no continente baixe este ano para quase metade. Algumas fontes aventam a hipótese de um abrandamento do crescimento económico no cenário óptimo e de um colapso económico mundial no cenário péssimo, com sequelas devastadoras para a África;
- Segundo António Pedro, director da UNECA para a África Central, Esta crise expôs a vulnerabilidade da nossa sub-região a choques

externos pois, a maioria das nossas rotas de procura e oferta estão ligadas a alguns epicentros do coronavírus. Por exemplo, a China é o principal parceiro comercial de África e a Europa é o segundo maior parceiro comercial;

- De acordo com o director da UNECA para a África Central, Todas as projecções indicam que como a procura a procura das matérias-primas nos principais países importadores vai cair devido a desaceleração da produção industrial, neste sentido, países que dependem da exportação de *commodities* e produtos primários já estão a ser severamente castigados pela pandemia porque suas exportações reduziram muito. A título de exemplo, no sector madeireiro, as exportações reduziram muito porque a China não está a importar madeira, da mesma forma, a exportação de camarão para o mercado europeu caiu muito;

- O efeito em cadeia da redução das exportações faz prever um *deficit* comercial acentuado com efeito também sobre a captação de divisas necessárias a importação de produtos que a nossa economia não produz, para além disso faz prever uma queda acentuada de receitas resultantes das cobranças nas exportações que resultam tanto das tramites alfandegários, o armazenamento, o uso dos portos e aeroportos, as taxas sobre os navios, etc. É toda uma cadeia que fica afectada;

- As exportações moçambicanas que registaram nos últimos 20 anos um amento no seu volume devido ao concurso das potências emergentes, representam uma fatia considerável do PIB, conseqüentemente a redução da demanda externa irá afectar o PIB. Na sequência, por causa da sua importância na geração da riqueza nacional, a queda das exportações poderá afectar, a médio e longo prazo a capacidade de Moçambique cumprir com o serviço da dívida externa;

- A Industria Turística foi a primeira a sofrer um duro golpe por força das restrições impostas para a contenção do COVID-19. As conseqüências do COVID-19 sobre o sector do turismo serão ainda mais devastadoras com o prolongamento do encerramento das fronteiras e a imposição de requisitos mais rigorosos de quarentena para conter a propagação do vírus. Instancias hoteleiras, provedores de serviços táxi, provedores de serviços de aluguer de carros, agências de viagens e empresas de restauração estão a sofrer perdas ou são obrigadas a suspender actividades;

- Várias companhias aéreas, que trabalham em

estreita ligação com o sector do turismo vêm averbando perdas dramáticas e precisaram ser socorridas pelos respectivos governos. A empresa LAM já se ressentida da diminuição de voos e do corte das ligações internacionais. A situação da empresa, que estava em fase de recuperação depois de um período de crise poderá se agravar durante a vigência das restrições;

- A paragem quase total da indústria de transportes, principalmente a aviação civil terá um impacto sobre a cadeia logística de fornecimento de vários bens que dependiam dela. Para além das perdas derivadas das receitas provenientes do transporte de passageiros, toda o transporte de carga está comprometido. Portos e aeroportos vêm registando fraco movimento e em alguns casos autêntica paralisação. A empresa Aeroportos de Maputo e a Empresa que gere o Porto de Maputo já se ressentem da diminuição das operações;

- O impacto da redução da procura e os constrangimentos criados pela redução dos transportes estão já a afectar o comércio internacional e a disponibilidade de produtos. Por sua vez, o eventual aumento dos preços dos bens importados que poderá provocar uma inflação;

- A paragem praticamente total das actividades produtivas terá um impacto nefasto no emprego não no curto prazo mas no médio e longo prazo se a situação do COVID-19 se agravar. Actualmente várias empresas optaram pela suspensão temporária de suas actividades e garantem o pagamento em 75 ou 25 dos salários, outras empresas optaram pela redução da carga horária, outras deram férias colectivas aos seus trabalhadores e são ainda muito poucas aquelas que encerraram. Quase todas as empresas estão dispostas a honrar com o pagamento de salários dos trabalhadores. Muitos trabalhadores mineiros na África do Sul estão também com os salários assegurados. Todavia, está é uma medida que considera o problema do COVID-19 como uma situação de curto prazo;

- Adivinha-se também um efeito perverso no sector financeiro, principalmente os bancos de micro-finanças, prestadoras e com extensas carteiras de crédito. A redução das actividades económicas e a paralisação de várias pequenas e médias empresas, vários trabalhadores serão afectados e terão dificuldades de honrar com suas dívidas. Os mais afectados da redução das actividades económicas são aqueles que desenvolviam o auto-emprego, principalmente aqueles que desempenhavam

actividades que se encontram actualmente paralisadas. Enceramento de bares ou barracas justamente nas horas de maior clientela, irá prejudicar suas receitas, bem como as receitas daqueles que exploravam discotecas ou prestavam serviços de *catering* para casamentos e outro tipo de festas;

- Moçambique sairá claramente afectado pelo COVID-19, principalmente porque o país acaba de enfrentar dois grandes desastres naturais que provocaram não só a destruição de infra-estruturas económicas como também destruíram empresas públicas e privadas, principalmente pequenas e médias empresas que até hoje procuram se reerguer. Adicionado a isso, vários cidadãos viram suas actividades económicas destruídas e embarcavam num processo de reconstrução que resultou em muitos casos de esforços individuais e de empréstimos. Estes empréstimos irão encurralar alguns desses cidadãos numa teia de dívidas;

- No cenário péssimo, moçambique poderá ser forçado a investir no aumento do número de camas hospitalares e na compra de equipamentos como ventiladores. Poderá ainda ser forçada a direccionar uma verba para o pagamento de profissionais como médicos, enfermeiros e estudantes para se juntarem as unidades hospitalares que prestam atendimento especializado durante a pandemia;

- No cenário péssimo, o desemprego nas áreas urbanas poderá crescer devido a despedimento de prestadores de serviços domésticos. Muitos deles poderão ver seus vencimentos interrompidos ou reduzidos com consequências nefastas para os seus agregados familiares.

#### b) IMPACTO SÓCIAL DO COVID-19

- O Covid-19 poderá aumentar o número de pobres em Moçambique. De acordo com Belser (01/04/2020), os pobres tornar-se-ão mais pobres como resultado de gastos médicos excessivos por conta do COVID-19. Algumas medidas de precaução familiar estão a obrigar as famílias a desviar poupanças para a aquisição de alguns fármacos e materiais de higiene, protecção e desinfectantes;

- Como trabalhadoras(es) da economia informal, muitas dessas pessoas enfrentam o mesmo dilema de “trabalhar ou perder sua renda”. Para pagar sua comida e outras despesas básicas, elas continuam trabalhando até que medidas para limitar a propagação do vírus as forcem a parar. Isso agrava a insegurança económica em que elas já se encontram

(Belser, Patrick (01/04/2020));

- Não se pode descartar a possibilidade do agravamento da situação impactar na segurança alimentar básica e nutricional das famílias mais carenciadas, factor que poderá contribuir para o enfraquecimento das defesas dos indivíduos e conseqüentemente diminuição da imunidade que, por sua vez, deixará essas pessoas mais vulneráveis ao COVID-19;

- A pandemia já está exacerbando as desigualdades sociais existentes. As pessoas mais pobres e empregadas em trabalhos informais são mais propensas a enfrentar maior exposição a riscos de saúde e de segurança por não terem protecção adequada, como máscaras ou desinfectantes para as mãos. Muitas também vivem em moradias pequenas, superlotadas e às vezes sem água corrente. O alto nível de pobreza e de informalidade e a falta de protecção de alguns empregos também tornam mais difícil a contenção do vírus. Para algumas pessoas, adoecer significa solicitar licença médica, acessar serviços de saúde e continuar recebendo salário, mas para aquelas que estão na extremidade inferior da cadeia salarial, a situação é catastrófica. Muitas não têm cobertura de seguro de saúde e estão expostas ao risco de morte. Elas podem até não ter acesso aos serviços de saúde (Belser, Patrick (01/04/2020));

- A possibilidade do registro de um número significativo de mortos associados a grande exposição de populações e grupos vulneráveis que vivem em bairros superpovoados, sem um ordenamento urbano e com situações de salubridade precárias é uma preocupação que deve merecer a atenção do governo;

- O encerramento de escolas e instituições de ensino superior já provocou um atraso vertiginoso na administração de conteúdos e a possibilidade de extensão do isolamento social poderá culminar na perda completa do presente ano lectivo, com efeitos negativos sobre os alunos finalistas das universidades e institutos superiores. O encerramento temporário ou por tempo indeterminado de escolas para controlar a propagação da doença deixada sem aulas milhares de crianças e jovens. No lado positivo, várias instituições de ensino estão a recorrer a programas de ensino à distância e ao uso de plataformas electrónicas para ministrar aulas;

- A estima-se que a subida do número de infectados possa ter um impacto negativo sobre o sistema de saúde moçambicano já deficitário. Hospitais com recursos limitados e sistemas de saúde frágeis deverão ficar sobrecarregados. Isso pode vir a

se agravar com um pico no número de casos. Se admitirmos que uma boa parte da população moçambicana não tem acesso a água, podemos arriscar em dizer, que o cenário mais grave e a propagação do COVID-19 de forma descontrolado em regiões de elevada concentração populacional sem o devido ordenamento urbano;

- A indústria cultural associada a festivais, espectáculos, exposições, teatro, etc sofreu um abalo bastante forte tendo em conta que os artistas são, na sua maioria trabalhadores por conta própria ou de micro-empresas. A cultura é um dos sectores mais afectados, devido às restrições de circulação, ao encerramento de espaços públicos e as regras do isolamento e distanciamento social. O cancelamento de cerimónias religiosas, festivais de música, concertos, estreias de cinema, conferências tecnológicas e espectáculos de moda. A indústria de entretenimento também foi afectada, com várias bandas a suspender ou cancelar digressões e concertos;
- Ao nível do desporto, assiste-se ao cancelamento de vários campeonatos a nível doméstico e internacional, com suas consequências para a receita dos clubes e para os salários dos atletas e a perda de sua condição física. A título de exemplo, a preparação de atletas para os jogos desportivos escolares está atrasada;

#### c) IMPACTOS POLÍTICOS ACTUAIS E FUTUROS DO COVID-19

- A relação governo / sociedade começa a ser posta em causa a medida em que medidas mais duras impostas pelo governo começam a sofrer contestações. A possibilidade do confinamento total de uma população que sobrevive do trabalho diário em regime de conta própria é um desafio para países como moçambique pois as possibilidades de maior resistência, manifestações ou a ocorrência de actos de violência e vandalismo não podem ser descartadas. Nesse sentido, a forma de gestão da situação irá determinar o aumento ou a diminuição da popularidade do Presidente da República ou mesmo da Legitimidade do Partido Frelimo;
- A possibilidade de erros cometidos pelo governo vigente serem aproveitados pela oposição política não pode ser descartada num ambiente de competição partidária. O risco da politização do COVID-19, resultante da possibilidade de aumento de casos ou do registro de muitas mortes também não

pode ser descartado;

- Se o governo não conseguir aprovar um pacote de assistência às populações que mais sofrerão com a crise económica decorrente do encerramento de actividades económicas, haverá tendências de sublevação;
- Se o Estado não injectar enormes somas de dinheiro na economia para resgatar empresas e sectores em risco que são considerados essenciais a popularidade e legitimidade do governo será posta em causa, principalmente se houver necessidade de estender por mais um mês o tempo de isolamento;
- O COVID-19 irá provocar um atraso na aprovação e implementação de políticas públicas com efeitos nefastos sobre as metas a serem atingidas, recursos a serem alocados (principalmente os financeiros), e a satisfação das demandas sociais;
- O adiamento e cancelamento de várias cimeiras e conferências internacionais, visitas de estado e participação dos ministros em reuniões com seus homólogos já está a ocorrer prejudicando assim a concertação de ideias entre estados, a cooperação e provocando atrasos na formulação de acordos entre os estados. a título de exemplo, todas as actividades de preparação da cimeira África-Europa, prevista para Outubro, estão suspensas devido à pandemia do novo coronavírus e o encontro dos ministros dos negócios estrangeiros da SADC também sofreu um adiamento, tendo posteriormente ocorrido por videoconferência;

## 2) IMPACTO SÓCIO-POLÍTICO E ECONÓMICO DOS ATAQUES MILITARES

### a) IMPACTO ECONÓMICO

- Actos terroristas podem causar efeitos negativos na economia tais como a destruição de propriedade privada, destruição de infra-estruturas socio-económicas, destruição de bens públicos;
- O impacto mais óbvio dos actos de guerra em Cabo Delgado e Sofala é a destruição do tecido económico resultante da paralisação de actividades produtivas e actividades comerciais;
- O terrorismo afecta indirectamente a economia, criando incerteza de mercado, e seus impactos reflectem-se directamente na redução do turismo e conseqüentemente a perda de receitas por parte de operadores turísticos em Cabo Delgado, Sofala e Manica;
- O impacto mais imediato e mensurável do

terrorismo é a destruição física de bens tais como plantações, máquinas agrícolas, gado, celeiros, etc;

- O terrorismo tem efeitos nefastos sobre a indústria de transporte. Reduziu bastante o número de autocarros que fazem o transporte de passageiros de norte a sul bem como o número de camiões que fazem o transporte de carga;
- O actos terroristas estão a contribuir para o aumento da pobreza das famílias pois resultam na morte de pessoas em idade produtiva e que eram provedores de sustento para várias famílias
- No sentido negativo, do ponto de vista da governança económica, o terrorismo pode afectar a capacidade do governo de implementar efectivamente políticas projectadas para fornecer bens públicas (Asongu e Nwachukwu, 2017: 8);
- No sentido positivo, o terrorismo pode induzir a governança económica ou a formulação e implementação de políticas que forneçam bens públicos aos cidadãos (Asongu e Nwachukwu, 2017: 7).

#### b) IMPACTO SOCIAL

- Aumento do número de mortos e feridos. Somente em Cabo Delgado, os ataques armados atribuídos aos terroristas, há pelo menos dois anos e meio, já mataram mais de 700 pessoas;
- As consequências humanitárias - A guerra chegou ao ponto de ser uma ameaça crítica à saúde, segurança e protecção da comunidade. Esses tipos de ataques impedem que a comunidade satisfaça as suas necessidades básicas pois Comida, água, abrigo e assistência médica são difíceis de encontrar;
- A Violência levou ao deslocamento de populações. A sociedade está destruída. Nesse momento, é necessária assistência humanitária em larga escala, mas nem sempre é seguro para os trabalhadores humanitários. O êxodo em massa está a ocorrer de forma acelerada. Estimativas colocam o número de deslocados internos em 1000 pessoas somente em Cabo Delgado segundo as Nações Unidas e agências humanitárias (DW, 01.03.2020). A situação dessas pessoas é particularmente difícil porque esse grande número de pessoas está buscando refúgio em áreas que já estão sobrecarregadas e precisam de infra-estrutura básica. Assim, a qualidade de vida está caindo nas áreas para as quais a população foge;
- Os suprimentos de comida estão caindo; os preços dos alimentos estão subindo. A desnutrição

está em ascensão;

- Escolas abandonadas e alunos sem aulas. Em entrevista à DW, a porta-voz do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Gina Guibunda, disse que o governo garante a reinserção destes alunos na rede de ensino da região. O ministério informou que orientou as escolas e os serviços distritais das zonas consideradas seguras a receber os alunos que vêm de zonas afectadas pelos ataques. O MINEDH improvisará salas em zonas consideradas seguras para acolher os alunos deslocados;
- O MINEDH admite que vai desviar 21% do Orçamento do Estado dedicados para o sector para reconstruir as escolas e garantir que os alunos desalojados tenham aulas (Inocência, 13.02.2020);
- A distribuição do material atrasou em Cabo Delgado devido à insegurança (Inocência, 13.02.2020);
- Houve necessidade de alocar professores para os distritos que receberam as crianças deslocadas e garantir espaço para os professores que foram obrigados a fugirem das zonas de risco (Inocência, 13.02.2020).

#### c) IMPACTO POLÍTICO

- Aumento das críticas contra o governo, acusado de ser incapaz de resolver a situação de insegurança na região centro. O governo é acusado de não se aproximar do líder da Junta Militar para propor negociações;
- A imagem do presidente da Republica está sendo atacada pelo facto de não demonstrar a mesma dinâmica usada para a resolução do conflito com a RENAMO no conflito com a Junta Militar;
- O governo corre o risco de perder o apoio das massas se suas políticas de combate ao terrorismo forem vistas de forma negativa. Políticas ineficazes são mal assimiladas pela população (Byman, 2019);
- O terrorismo pode acelerar a possibilidade de um estado se tornar falido;
- O terrorismo obriga ao estado a impor restrições nas liberdades civis cujo efeito pode resultar no aumento da antipatia pelo governo;
- Críticas políticas, podem minar a fé no governo. Essa falta de fé, por sua vez, pode convencer os cidadãos a favorecer vozes mais extremas que prometem restabelecer a lei e ordem ou, se não vêem nenhuma esperança no governo, recorrer a atores não-governamentais, como gangues

ou milícias, para garantirem a sua segurança (Byman, 2019);

- As pessoas que temem o terrorismo favorecem políticas mais agressivas no país (Byman, 2019). O apoio à adopção de medidas repressivas e mais violentas aumenta nas regiões de maior incidência do conflito;

- O terrorismo pode provocar um debate sobre a migração, onde os nacionais podem manifestar medo de imigrante ou refugiados de países de maioria muçulmana, podendo crescer sentimentos de xenofobia ou pedidos para que a imigração dos países de maioria muçulmana seja interrompida. O terrorismo e a hostilidade social entre muçulmanos e não muçulmanos criam um círculo perigoso. Ataques terroristas levam a um pico de retórica hostil e violência anti-muçulmana o que reduz a integração da comunidade muçulmana e cria mais intolerância e radicalismo (Byman, 2019);

- Vários dados mostraram que o terrorismo diminui o estado de direito e aumenta a corrupção (Asongu e Nwachukwu, 2017: 8);

- No sentido positivo, o terrorismo e os ataques da junta militar podem influenciar o governo a melhorar seus padrões de governança, a fim de evitar mais escalada e contágio do terrorismo a nível doméstico (Asongu e Nwachukwu, 2017: 5-6).

## 4. Recomendações para melhorar a resposta ao COVID-19 e a insurgência

### 1) RECOMENDAÇÕES PARA MELHORAR A RESPOSTA AO COVID-19

#### a) A NÍVEL INTERNO

- O orçamento de estado deverá ser ajustado em função dos cenários previstos em relação a evolução do COVID-19 e das previsões económicas mais recentes;

- Recorrer ao endividamento interno poderá ser uma alternativa para suprir os *deficits* que poderão surgir em caso de abrandamento da economia, fraca colecta de impostos, baixas contribuições no orçamento de Estado, entre outros;

- É preciso tomar medidas urgentes programas de estímulo à economia tal como trabalhar com os bancos comerciais e de micro-credito no sentido de

reestruturar a dívida de seus clientes;

- Adoptar uma lei que suspenda o pagamento de empréstimos e hipotecas para empresas e famílias;

- Estimular os bancos a criarem esquemas de financiamento barato que permitam as famílias e as empresas fazerem empréstimos em condições favoráveis;

- Algumas medidas de política monetária para ajudar a estimular a economia, medidas de estímulo para amortecer o abrandamento económico, nomeadamente com a redução das taxas de juro, injeção de dinheiro na economia através de empréstimos directos a empresas em dificuldades e que peçam o socorro do estado; compra de activos de empresas para ter participação directa nessas empresas;

- Algumas medidas de estímulo poderão ser benéficas tais como a interrupção na cobrança de certas taxas e impostos, permitir que indústrias e empresas mais afectadas possam consumir água e energia sem pagar;

- Garantir um orçamento para o pagamento de segurança social a trabalhadores temporariamente dispensados ou despedidos;

- Garantir o auxílio financeiro e de outra índole a pessoas vulneráveis. O Brasil aumentou o valor da Bolsa Família no âmbito do "Auxílio emergencial". O programa Bolsa Família faz a transferência directa de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no país (Freitas, Jheniffer (23 de Março de 2020);

- Afrouxar as regras de investimento e reinvestimento estrangeiro bem como as regras para a abertura ou registro de empresas;

- O Banco Central do Japão decidiu criar um programa para conceder empréstimos a taxa zero por um ano a instituições financeiras;

- Melhorar o planeamento estratégico nos vários sectores do Estado: O COVID-19 vem demonstrar a fragilidade do planeamento estratégico para as autoridades nacionais nos domínios da Alimentação (Armazenamento de Alimentos), Saúde (Armazéns de medicamentos, disponibilização de postos de saúde com camas suficientes), planeamento urbano precário e superpopulação em algumas cidades, serviços deficientes de gestão de resíduos, etc;

- Ao nível doméstico, Moçambique deverá criar centros de pesquisas ou um centro de pesquisas de

doenças tropicais e não tropicais, para formar e aprimorar as capacidades técnicas dos quadros nacionais no âmbito da criação de capacidades de resposta a situações similares no futuro e evitar medidas *had-hoc* e a ausência de um número suficiente de quadros treinados nessas matérias. Neste diapasão, a criação de um laboratório nacional ou vários laboratórios regionais para análises clínicas é uma necessidade urgente pois, o país não pode depender de laboratórios externos para rastreamento de várias doenças. Tal situação não é sustentável;

- Investir mais no sector farmacêutico, particularmente no fornecimento doméstico de medicamentos críticos e o desenvolvimento de novos medicamentos. Muitos países não estarão mais dispostos a confiar em cadeias de suprimentos internacionais que podem quebrar facilmente em caso de emergência (fischer-2020).

#### b) A NÍVEL INTERNACIONAL

- Solicitar a reestruturação da dívida moçambicana nas principais praças financeiras e junto aos credores da dívida do PROINDICO;

- Negociar novos pacotes de ajuda com o Banco Mundial e o FMI de modo a mitigar o efeito do COVID-19 na economia. Tal tarefa pode revelar-se frustrante se medirmos a resposta internacional aquando do IDAI onde houve uma disponibilidade financeira muito abaixo das necessidades moçambicanas e também do recente pedido de 700 milhões de dólares que não foi atendido conforme a solicitação moçambicana;

- Solicitar o apoio da comunidade internacional, principalmente de países como a China, Rússia e Alemanha que conseguiram conter a propagação do COVID-19 e possuem conhecimentos técnicos e científicos elevados para apoiarem Moçambique, bem como a capacidade de fornecer os materiais e equipamentos necessários para a equipar hospitais e fornecer materiais de protecção para agentes de saúde e o público em geral, como a disponibilização de máscaras e materiais de desinfeção;

- Aproximar-se do PNUD para se beneficiar do Mecanismo de Resposta Rápida à COVID-19, que possui um fundo específico para o combate ao vírus e que facultava assistência imediata aos países para suas respostas nacionais (Nações Unidas Brasil (01/04/2020));

- Moçambique deve propor a criação de um centro de pesquisa ou laboratório regional para a

formação de novos quadros em bioquímica, clínica laboratorial, farmacologia e ciências afins e para o aprimoramento dos quadros de saúde existentes que lidam com doenças transmissíveis. Tal centro teria um orçamento derivado das contribuições dos estados e de parceiros internacionais. O facto de Moçambique passar a fazer parte da tróica da SADC a partir deste ano e passar a liderar a organização em 2021, permite-lhe avançar com esta proposta imediatamente;

- Moçambique deve trabalhar com seus parceiros da SADC no sentido de se estabelecer um fundo regional de Apoio em situações de pandemias tal como ocorre com os desastres naturais;

- As missões diplomáticas moçambicanas no estrangeiro poderão estimular os cidadãos moçambicanos residentes no estrangeiros a fazerem contribuições monetárias para a ajuda no combate ao COVID tal como se fez na ajuda aos desastres naturais. Para tal seria necessário a criação de uma conta única para os depósitos. O apelo a diáspora moçambicana é um recurso inesgotável;

- Moçambique deve priorizar a formação de médicos na área de epidemiologia em países com os quais possui acordos de cooperação médica;

- As autoridades nacionais de saúde devem avaliar rapidamente as necessidades de assistência externa e alertar imediatamente a comunidade internacional para o tipo específico de assistência que é ou não é necessária tal como se procede em situações de desastres naturais. As prioridades devem ser claramente definidas, fazendo uma distinção entre as necessidades imediatas e as de longo prazo (VIDE Guidelines for Disaster Relief);

- A única maneira de gerir ameaças generalizadas à humanidade é através de uma cooperação e coordenação mais intensivas entre governos e instituições multilaterais. Para citar apenas um, a Organização Mundial da Saúde - e as Nações Unidas em geral - podem fazer doações em dinheiro, doar suprimentos, fornecer assistência técnica, fornecer alimentos ou fazer empréstimos (Fischer, 2020).

## 2) RECOMENDAÇÕES PARA MELHORAR A RESPOSTA CONTRA A INSURGÊNCIA

### a) A NÍVEL INTERNO

Moçambique vive um período de agressão terrorista

sem precedentes e o país não está preparado para lidar com uma ameaça irregular dessa envergadura. No entanto, era suposto Moçambique ter capacidade de contrapor-se aos grupos terroristas que actuam em Cabo Delgado visto que possui uma experiência acumulada de 16 anos de guerra contra a insurgência da RENAMO e mais 5 anos de guerra contra o mesmo oponente iniciado em 2013. Apesar dessa experiência, Moçambique tem se mostrado incompetente para lidar com um inimigo mais frágil, mais imaturo, mais inexperiente e com menor rede de apoios como a RENAMO teve durante 16 anos. Isso significa que a experiência acumulada não está a ser usada no actual cenário. Acima de tudo, Moçambique ainda não formulou uma estratégia de combate ao terrorismo nem desenvolveu um instrumento doutrinário nesse sentido. Pelo facto de Moçambique não reconhecer que enfrenta um grupo terrorista, o país está longe de desenvolver uma estratégia de combate ao terrorismo sólida e coerente.

Partido do princípio que o contra-terrorismo é um conjunto de práticas, táticas e estratégias que governos, militares e outros grupos adotam para se defender do terrorismo, e que estabelecem acções planeadas para o combate das actividades terroristas não é concebível que um país que enfrenta tal ameaça não se engaje activamente na formulação de tal estratégia. Neste sentido,

- Moçambique precisa formular urgentemente uma estratégia de contra-terrorismo que envolve acções no domínio da informações, acções de desradicalização, acções no domínio da redução das *social greivances*, acções de segurança marítima, segurança aérea e policiamento e segurança pública, acções no domínio da segurança cibernética, acções conducentes a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, entre outras;
- A actual postura estratégica peca pelo uso inconsistente de unidades de artilharia e infantaria do exército regular contra um inimigo que usa estratégias e táticas de um grupo irregular. A maioria dos países que enfrentam o terrorismo prefere usar unidades de forças especiais ou unidades táticas de elite, para agir ostensivamente ou preventivamente em ataques terroristas, tal como unidades de fuzileiros, comandos, unidades paraquedistas, unidades de reconhecimento, atiradores de elite, unidade anti-bomba, etc. Essas unidades são especificamente treinadas em táticas complexas que tem ênfase na furtividade e desenvolvimento da missão com o mínimo de baixas possíveis. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Antiterrorismo>).

Unidades especiais devem ser urgentemente treinadas, equipadas e destacadas para a província de Cabo Delgado para executarem operações especiais no mato onde as forças regulares de infantaria não podem actuar ou não possuem capacidades;

- Incrementar as capacidades de HUMINT (do inglês HUMAN INTelligence). HUMINT é o termo usado, para descrever a actividade de colecta de informações ou inteligência, obtidas por meio de fontes humanas. Espiões dos serviços de inteligência ou da inteligência militar ou forças territoriais permanentes, camufladas, disfarçadas ou infiltradas nas forças inimigas. Historicamente, HUMINT é a maior fonte de informação dos serviços secretos;
- Incrementar as capacidades de SIGINT (SIGnal INTelligence). SIGINT, é o termo usado para descrever a actividade de colecta de informações ou inteligência através da interceptação de sinais de comunicações entre pessoas ou máquinas. A maioria das estratégias de combate ao terrorismo envolve um aumento das actividades de inteligência onde se privilegia a interceptação de comunicações (seja por via rádio, mensagens via internet, mensagens de celulares, interceptação telefónica, interceptação de correio, interceptação de comunicações por fax, etc). O SIGINT é actualmente a maior fonte de informação dos serviços de inteligência;
- Incrementar as capacidades de IMINT (IMagery INTelligence). IMINT é o termo usado para descrever a actividade de colecta de informações ou inteligência obtida através de imagens captadas por meio de satélites, aeronaves, *drones*, e camaras de videovigilância que podem ser espalhadas nas vilas e cidades de Cabo Delgado, com camaras com capacidade de visão nocturna. O sistema de videovigilância permitirá detectar comportamentos suspeitos, fazer reconhecimento facial;
- Existe, do lado das FDS, a necessidade de incrementar o sigilo das operações através do melhoramento da codificação de mensagens ou o uso de aparelhos que dificultem que o inimigo decifre as mensagens para os comandantes;
- Os serviços de informação constituem actualmente a primeira linha da defesa e segurança. O único mecanismo de defesa a revelar-se capaz, é a antecipação de ameaças. É necessário incrementar, em termos quantitativos e

qualitativos o número de efectivos em Cabo Delgado, principalmente nos distritos costeiros de Palma, Mocimboa da Praia, Quissanga, Nangade e Pemba. Através do uso dos vários métodos de colecta de informação aqui apresentados, os serviços de informação terão capacidade de rastrear pessoas, neutralizar os agentes do inimigo, capturar, matar ou desactivar suspeitos de terrorismo antes que eles possam montar um ataque. Incluir nas acções de espionagem a espionagem comercial, interceptando o tráfico de bens pelos correios, terminais de carga, portos e aeroportos;

- Num momento em que cresce a desconfiança sobre o vazamento de informações das FDS para os terroristas, onde se verifica a colaboração de alguns militares com os terroristas, onde cresce a desconfiança em relação a esquemas de corrupção no seio das FDS, há uma necessidade urgente de incrementar do efectivo, as tarefas, missões e funções da Policia Militar. A polícia militar (PM) é a corporação que exerce o poder de polícia no âmbito interno das forças armadas, garantindo a segurança, a ordem e a lei no seu seio. Geralmente, a sua acção limita-se apenas às instalações e aos membros das forças armadas. As missões mais comuns da PM incluem: Assegurar o respeito pela lei e pelos regulamentos militares; Manutenção da ordem e da disciplina no seio das forças armadas; Prevenção e investigação criminal; Segurança de instalações militares e estratégicas; Guarda de presos sujeitos à justiça militar; Perseguição e captura dos foragidos à justiça militar; Garantia da segurança pública em áreas sujeitas a administração militar e a protecção de altas individualidades militares e civis. Algumas missões da PM compreendem a investigação de crimes militares ou de crimes comuns (tais como roubos, homicídios ou tráfico de droga) cometidos por militares. Justifica-se a necessidade de investigar alguns militares;

- Para enfraquecer a capacidade dos grupos armados de radicalizar e recrutar jovens, o governo deve monitorar a pregação religiosa nas mesquitas em Cabo Delgado e regiões circundantes. Dado que os pregadores são os principais fornecedores de ensinamentos religiosos distorcidos, é necessário regulamentá-lo e monitorá-lo para se evitar o uso de linguagem forte contra outra religião ou seita (Onuoha, 2014: 7), ou mesmo contra o Estado, figuras políticas, partidos ou contra o governo moçambicano.

- Para além disso, para enfraquecer a capacidade dos grupos armados de radicalizar e recrutar jovens, o governo deve fortalecer programas de treinamento e criação de empregos para jovens na região norte do país; criar programas robustos para ajudar jovens e crianças carentes; e promover campanhas de comunicação política assentes numa propaganda anti-radicalização. No mesmo diapasão, o governo deve embarcar em programas eficazes de redução da pobreza e desenvolvimento de capital humano para jovens mais vulneráveis (Onuoha, 2014: 8).

- Melhorar a oferta de programas de educação e alfabetização. Altos níveis de analfabetismo na Nigéria contribuíram para que os jovens se tornassem mais susceptíveis à manipulação e recrutamento em grupos extremistas (Onuoha, 2014: 8)

- O governo também deve estabelecer centros de desenvolvimento de negócios em cada distrito de Cabo Delgado, adequadamente financiados e dotados de pessoal qualificado para oferecer aconselhamento em desenvolvimento de negócios bem como facilitar o acesso dos jovens ao crédito para a abertura de negócios (Onuoha, 2014: 8);

- O governo moçambicano deve ter como alvo as queixas que tornaram os jovens vulneráveis na região norte do país. Além de melhorar nas questões atinentes ao emprego, distribuição da riqueza, alívio a pobreza e o estímulo ao desenvolvimento regional, o governo deve ser capaz de melhorar na prestação de serviços básicos como água potável, energia, assistência médica e educação de qualidade;

- Moçambique precisa desenvolver uma estratégia de comunicação política que integre componentes de propaganda, marketing político, relações públicas, que seja capaz de persuadir, dissuadir, desaconselhar, induzir e instigar os jovens a evitarem o envolvimento com grupos terroristas e que possam denunciar todos os que aliciam-nos para integrar esses grupos. O uso de peças de teatro, panfletos, campanhas radiofónicas, vídeos ou outros instrumentos seria útil para esse esforço. Mas para tal, é necessário que se faça um plano coordenado de comunicação contra o terrorismo, onde se objective educar o público sobre como combater o terrorismo;

- Moçambique precisa lançar ataques de retaliações contra campos ou bases dos terroristas, a fim de mostrar força e determinação das Forças Armadas e informar ao inimigo que sofrerão consequências pesadas se mantiverem o actual curso de acção. Os ataques devem ser maciços e não

mostrar falhas de modo a convencer os terroristas a desistirem de fazer novos ataques como aqueles que ocorreram em Mocímboa da Praia e Quissanga e forçar seus patrocinadores a repensarem sobre o seu apoio ((Hughes, 2011: 54).

- Finalmente, o governo deve empreender esforços no sentido de garantir as melhores condições para as tropas que combatem os terroristas em Cabo Delgado para que não abaixe o moral e, acima de tudo, para que não se tornem facilmente aliciáveis pelas ofertas financeiras do grupo terrorista. O governo deve ser capaz de fornecer equipamento de qualidade, atender às queixas relatadas de alimentação inadequada, garantir melhores condições nos quartelamentos e nos acampamentos, e garantir um soldo justo para as forças empenhadas no combate directo aos terroristas. Para evitar o esgotamento físico e mental e combater a fadiga, deve-se garantir a rotatividade dos soldados que combatem os terroristas de forma regularmente e justa. Para manter o moral das forças não bastam as visitas do presidente da república, do Ministro da Defesa ou do Comandante Geral da Polícia em Cabo Delgado.

#### b) A NIVEL INTERNACIONAL

Usar as vias diplomáticas para trabalhar com parceiros com recursos suficientes para darem apoio a Moçambique nos seguintes termos,

- Solicitar ajuda para treinar unidades especiais moçambicanas em combate ao terrorismo. As forças armadas ocidentais tornaram-se cada vez mais envolvidas no fornecimento de treinamento antiterrorista às forças militares e de segurança de governos amigos em regiões onde os extremistas islâmicos são activos. Abordar países interessados em treinar as forças de segurança locais na resposta à crescente ameaça do terrorismo não é apenas uma ótima ideia, mas também inteligente (Hughes, 2011: 43).
- Solicitar ajuda de parceiros internacionais para desenvolver estratégias de contra terrorismo;
- Solicitar ajuda de parceiros internacionais para isolar os terroristas de fontes financeiras, materiais e logísticas;
- Solicitar ajuda de parceiros internacionais para o envio de conselheiros militares para Moçambique;
- Melhorar a detecção e a interrupção de viagens de terroristas com parceiros importantes como os serviços de Interpol e os serviços de segurança de outros países. Assumindo que os árabes encontrados

em Mocímboa da Praia viajaram até Moçambique por fronteiras oficiais é possível que sejam pessoas já cadastradas nas bases de dados da Interpol ou dos serviços secretos dos EUA, Israel, e outros países;

- Peça ajuda para os métodos de financiamento terrorista existentes e emergentes
- Priorizar o compartilhamento de informações com países como Tanzânia, RDC, Ruanda, Uganda e Burundi, que se encontram no arco de operação de vários grupos armados que cooperam entre si;
- Cooperar com o parceiro certo para obter informações de SIGINT (Signal Intelligence), como os EUA, que podem estar envolvidos na interceptação de *e-mails*, telefonemas e outras comunicações entre suspeitos de terrorismo (Hughes, 2011: 49);
- Adopção de engajamento diplomático pró-activo, a fim de solicitar assistência militar de factores-chave, como Rússia, China e Estados Unidos, que poderiam fornecer equipamento, inteligência e assistência logística à luta contra o terrorismo;
- Solicitar apoio da ONU para a luta contra os terroristas em Cabo Delgado. A colaboração do *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC) na formação de quadros moçambicanos é um passo importante que irá fortalecer a cooperação entre a ONU e Moçambique mas está muito aquém das necessidades que se verificam em Cabo Delgado. Mais apoio precisa ser canalizado para o combate ao terrorismo;
- Solicitar apoio da União Africana (UA) para a luta contra os terroristas em Cabo Delgado. O Comissário da UA para a Paz e Segurança, Smaïl Chergui, disse que a UA poderia ajudar Moçambique com partilha de informações, fornecimento de equipamentos e treinamento de soldados moçambicanos. A UA também pode ajudar Moçambique a entender melhor o fenómeno, a fim de 'responder holisticamente', disse ele. No entanto, este pedido pode ser difícil de materializar visto que Moçambique tem resistido em apresentar o seu caso na agenda do Conselho de Paz e Segurança da UA (PSC). Moçambique impede que o assunto do terrorismo em Cabo Delgado seja discutido no PSC (Louw-Vaudran, 2020);
- Apelar para o engajamento da SADC através do Órgão para a Política de Defesa e Segurança, no sentido de activar os mecanismos

de cooperação das instituições de defesa e segurança (segurança fronteiriça, cooperação policial, cooperação entre serviços de migração e alfandegas, cooperação entre serviços secretos e cooperação militar). Não se pode descartar a possibilidade de por em marcha o pacto de defesa mútua se o grupo se fortalecer e as FADM enfraquecerem; nesse sentido uma *Regional Cooperation Initiative for the elimination of Terrorism in Mozambique* deve ser adoptada para servir como uma estratégia regional tal como se processou na África Central. Em relação a possibilidade de apoio da UA ou outras Organizações, a SADC acredita que deve ser o primeiro a intervir e a se encarregar das crises na África Austral. Mas, até agora, a SADC ignorou a situação, pelo menos publicamente. Nenhuma reunião da Tróica da SADC sobre Política, Defesa e Segurança, chegou a debater o assunto de Cabo Delgado porque Moçambique não permite que isso ocorra (Louw-Vaudran, 2020).

Em relação a recusa Moçambicana de se abrir ao apoio externo é importante referir que o apoio externo nem sempre resolve o prolema e experiência em outras partes da África mostrou que o envolvimento dos parceiros internacionais só agrava a situação. A título de exemplo, a resposta militar como a força do G5 Sahel no Sahel não teve o impacto desejado pois o terrorismo aumentou dramaticamente em muitos dos países daquela região. A Força-Tarefa Conjunta Multinacional da UA contra o Boko Haram, criada após muita discussão em uma cúpula da UA em 2014, também não conseguiu reduzir o terrorismo na Bacia do Lago Chade. E a Missão da União Africana na Somália não conseguiu sustentar seus ganhos iniciais na expulsão da al-Shabaab. Outros exemplos podem ser aqui trazidos que demonstram a fraca eficácia das iniciativas de cooperação.

## 5. Considerações finais

Os ataques em Mocímboa da Praia e Quissanga visava munir o grupo de material de guerra, dinheiro e alimentos que começavam a escassear nos seus redutos devido as medidas de controlo impostos pelo governo. Para além disso, o ataque visava alimentar a máquina de propaganda doméstica e internacional pois o grupo ficou muito tempo em silêncio. Com o ataque, ficou provado que o grupo que actua em Cabo Delgado está melhor equipado que as FDS que actuam no local, a ponto de se aventurar para a confrontação directa contra as FDS não numa mata, onde podem fazer

acções de ataque e fuga (*hit-and-run*) para numa ofensiva de ocupação territorial. A confiança na superioridade militar contrasta com a falta de moral das FDS por não ter a capacidade em meios necessários. O grupo mostrou que não só tem capacidade de destruir soft targets (alvos fáceis), como aldeias distantes como também tem capacidade de destruir *Hard Targets* (alvos difíceis). com o ataque a Mocímboa da Praia e Quissanga, ficou provado que o grupo terrorista aprimorou suas capacidades operacionais e táticas, que possui uma estratégia bem definida e que possui um certa base de aceitação social no seio das comunidades da região. Ficou também provado que as FDS não estão engajadas ao nível da ameaça existente pois um quartel da dimensão daquele invadido não foi capaz de conter o avanço inimigo e, acima de tudo, as FDS não tinham informação sobre o ataque e o dispositivo de defesa estava completamente inoperacional. A surpresa do ataque não se explica numa região onde as forças devem permanecer em prontidão combativa e os níveis de alerta, bem como os sistemas de segurança não podem ser relaxados.

Moçambique precisa fazer um estudo urgente para compreender a dimensão do problema da insurgência em Cabo Delgado, primeiro para perceber o processo de radicalização dos jovens, segundo para compreender o sistema de recrutamento de jovens, terceiro para perceber o nível de aceitação dos grupos na sociedade de Cabo Delgado e a sua colaboração com o grupo, quarto para avaliar o grau de resiliência das comunidades ao apelo terrorista. Onuoha (2014), refere que a Nigéria fez vários estudos similares para compreender a dimensão do problema trazido pelo Boko Haram. Segundo ela, a pesquisa de campo, realizada entre Junho e Novembro de 2013, incluiu entrevistas com líderes tradicionais, líderes religiosos de todos os grupos religiosos, autoridades de segurança, mulheres líderes e líderes políticos, além de discussões de grupos focais com jovens, mulheres e grupos religiosos. Questionários semiestruturados foram administrados a professores, líderes comunitários, líderes religiosos,

jovens, organizações da sociedade civil, agentes de segurança (por exemplo, funcionários da polícia, segurança do estado, imigração, defesa, prisões, alfandegas e exército, bem como grupos vigilantes), para examinar os fatores que contribuem para a radicalização e recrutamento de jovens em grupos armados. Os pesquisadores realizaram um estudo de mapeamento realizando entrevistas com, pelo menos, cem informantes, cada um em seis estados para investigar por que os jovens nigerianos estão inclinados a participar de grupos insurgentes. Moçambique não pode furtar-se a fazer estudos dessa natureza sob pena de continuar a ignorância em relação ao fenómeno que resultam na adopção de respostas desajustadas da realidade.

Crescem vozes exigindo que o governo declare Estado de Emergência ou um Estado de Sítio em Cabo Delgado. Mas, para que tal seja efectivado, Moçambique deve reconhecer e clarificar a natureza do fenómeno. Começam a crescer as vozes que condenam a atitude apática do governo moçambicano em relação agravamento da situação de segurança em Cabo Delgado. Vídeos e Mensagens nas redes sociais criticam a postura do executivo liderado pelo Presidente Nyusi e questionam suas escolhas para a pasta da defesa e do interior. Estas opiniões mostram um crescente desalento e desgosto pela situação vivida em Cabo Delgado. O descontentamento popular não ajuda a nenhum empreendimento militar podendo inclusive ser nefasto a ele. Proteger civis contra ataques, sequestros, assassinatos e saques precisa ser o objectivo principal de qualquer presença militar. Mas, se isso não ocorrer, os militares vão se tornar vítimas da sua inacção. Mas, incrementar as capacidades militares não é o único meio para garantir maior segurança na região. É nossa opinião que, se o governo moçambicano quiser melhorar a sua capacidade de detectar futuros ataques e impedir os actos de terrorismo deve investir mais em HUMINT, SIGINT e IMINT.

## REFERÊNCIAS

- Nações Unidas Brasil (01/04/2020), COVID-19: Crise iminente em países em desenvolvimento ameaça devastar a economia e aumentar a desigualdade, <https://nacoesunidas.org/covid-19- crise-iminente-em-paises-em-desenvolvimento-ameaca-devastar-a-economia-e-aumentar-a-desigualdade/>
- Belser, Patrick (01/04/2020), COVID-19 destaca as desigualdades com crueldade e ameaça aprofundá-las, diz OIT, Nações Unidas Brasil, <https://nacoesunidas.org/covid-19- destaca-as-desigualdades-com-crueldade-e-ameaca-aprofunda-las-diz-oit/>
- Freitas, Jheniffer (23 de março de 2020), Covid-19 fortalece Bolsa Família com a inclusão de 1,2 milhão de famílias, <https://fdr.com.br/2020/03/23/covid-19-fortalece-bolsa-familia-com-a-inclusao-de-12-milhao-de-familias/>
- Onuoha, Freedom C (2014), Why Do Youth Join Boko Haram?, Special Report 348, United States Institute of Peace.
- Solomon, Salem (May 19, 2017), Report: Corruption in Nigerian Military Benefits Boko Haram, Voice of America, <https://www.voanews.com/africa/report-corruption-nigerian-military-benefits-boko-haram>
- Fischer, Joschka (Apr 1, 2020), The Politics of the Pandemic, project syndicate, <https://www.project-syndicate.org/commentary/european-union-covid19-politics-by-joschka-fischer-2020-04>
- Hughes, Geraint (2011), The Military's Role in Counterterrorism: Examples and Implications for Liberal Democracies, The Letort Papers, Strategic Studies Institute (SSI)
- Matias, Leonel (23.03.2020), Ataque em Mocímboa da Praia: "Insurgentes estão a ser mais atrevidos", <https://www.dw.com/pt-002/ataque-em-moc%C3%ADmboa-da-praia-insurgentes-est%C3%A3o-a-ser-mais-atrevidos/a-52892356>
- Uatanle, Delfim Anacleto (11.03.2020), Cabo Delgado: "É preciso melhorar a investigação sobre os ataques armados", <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-%C3%A9-preciso-melhorar-a-investiga%C3%A7%C3%A3o-sobre-os-ataques-armados/a-52725848>
- Inocência, Selma (13.02.2020), Ataques de insurgentes deixam 30 mil crianças sem aulas em Cabo Delgado, <https://www.dw.com/pt-002/ataques-de-insurgentes-deixam-30-mil-crian%C3%A7as-sem-aulas-em-cabo-delgado/a-52360379>
- Agência Lusa (25.03.2020), Estado Islâmico reivindica ataque em Mocímboa da Praia, <https://www.dw.com/pt-002/estado-isl%C3%A2mico-reivindica-ataque-em-moc%C3%ADmboa-da-praia/a-52912347>
- A Verdade (24 Março 2020), Al Shabaab clama vitória sobre FDS, Governo envia ministro para reporem ordem em Mocímboa da Praia, <http://www.verdade.co.mz/nacional/70085-al-shabaab-clama-vitoria-sobre-fds-governo-envia-ministro-para-reporem-ordem-em-mocimboa-da-praia>
- Portal do Governo de Moçambique (Sd), Danos dos ataques em Cabo Delgado, <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Danos-dos-ataques-em-Cabo-Delgado>
- Tesini, Brenda Ln (fev 2020), Coronavírus e síndromes respiratórias agudas (COVID-19, MERS e SARS), <https://www.msmanuals.com/pt/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/v%C3%ADrus-respirat%C3%B3rios/coronav%C3%ADrus-e-s%C3%ADndromes-respirat%C3%B3rias-agudas-covid-19,-mers-e-sars>
- Louw-Vaudran, Liesl (13 Feb 2020), Can the African Union help Mozambique combat terrorism?, <https://issafrica.org/iss-today/can-the-african-union-help-mozambique-combat-terrorism>

- Sebastião, Arcénio (16.03.2020), Moçambique: Mariano Nhongo assume autoria de ataques em Sofala, <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-mariano-nhongo-assume-autoria-de-ataques-em-sofala/a-52800473>
- Agência Lusa (03.04.2020), Um morto e vários feridos em novos ataques no centro de Moçambique, <https://www.dw.com/pt-002/um-morto-e-v%C3%A1rios-feridos-em-novos-ataques-no-centro-de-mo%C3%A7ambique/a-53003710>
- Asongu, Simplicé and Nwachukwu, Jacinta C.(2017), The Impact of Terrorism on Governance in African Countries, AGDI Working Paper, African Governance and Development Institute (AGDI).
- Byman, Daniel L. (March 5, 2019), How terrorism undermines democracy, Brookings Edu, <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2019/03/05/how-terrorism-undermines-democracy/>
- DW, 01.03.2020, Moçambique: Polícia investiga suposto ataque em Pemba, <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-pol%C3%ADcia-investiga-suposto-ataque-em-pemba/a-52597877>

Jornais Electrónicos:

- Carta de Moçambique (Várias Edições)
- Jornal O País (Várias edições)
- Canal de Moçambique
- Jornal A Verdade



## **CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS**

### **FICHA TÉCNICA**

**Security Brief N° 02 – Abril / 2020**

**Autor:**

**Énio Viegas Filipe Chingotuane- Departamento de Paz e Segurança**

**Carlos Faria- Departamento de Paz e Segurança**

**Jossias Filipe- Departamento de Economia**

**Propriedade: CEEI/UJC**

**Correio eletrónico: [ceei.isri@gmail.com](mailto:ceei.isri@gmail.com)**

**Director: João Gabriel de Barros**

**Coordenador da Série: Énio Viegas Filipe Chingotuane**

**Edição: CEEI/UJC**

**Design e Grafismo: CEEI/UJC**

**Maputo/Moçambique**

---

A série Security Brief do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI) visa apresentar as opiniões dos pesquisadores do CEEI e dos Docentes da Universidade Joaquim Chissano (UJC), sobre assuntos de segurança nacional, regional e internacional. O objectivo da série é disseminar ideias dos autores, provocar comentários de académicos e profissionais e induzir a produção científica sobre as matérias divulgadas.

---

As opiniões aqui expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais.